NAYARA MARTINS ROCHA

**O PROFISSIONAL DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRANHAMENTO E PRECONCEITO**

GOIÂNIA

2024

NAYARA MARTINS ROCHA

**O PROFISSIONAL DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRANHAMENTO E PRECONCEITO**

Monografia apresentado ao curso de Bacharel em Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).

Orientadora Profa. Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi.

GOIÂNIA

2024

**NAYARA MARTINS ROCHA**

**O PROFISSIONAL DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRANHAMENTO E PRECONCEITO**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás).

Professora Orientadora: Dra. Elianda F. Arantes Tiballi

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( 6,5 )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( 3,0 )

Professor/(a) convidado/(a):

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( 6,5 )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( 3,0 )

**Média final do TCC: 9,5**

Goiânia 17 de junho de 2024

**O PROFISSIONAL DO GÊNERO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRANHAMENTO E PRECONCEITO**

Nayara Martins Rocha[[1]](#footnote-1)\*

Elianda Figueiredo Arantes Tiballi[[2]](#footnote-2)\*\*

**Resumo:** Este trabalho de conclusão de curso em Pedagogia, intitulado “O profissional do Gênero masculino na Educação Infantil: estranhamento e preconceito” têm como objetivo geral investigar os fatores que causam o preconceito e estranhamento no exercício docente do profissional do gênero masculino na Educação Infantil e os objetivos específicos, expressos da seguinte maneira: distingui quais as diferenças entre o gênero masculino e feminino, no contexto social, associadas ao exercício profissional docente na Educação Infantil, identificar o espaço da atuação de professores do gênero masculino, mapeando os principais fatores que respondem pelo estranhamento e preconceito, relacionados ao homem. A metodologia traçada para atingir os objetivos da pesquisa é de natureza qualitativa, cujas fontes são artigos e textos eletrônicos. A fundamentação teórica teve como principais suportes teóricos: Arce (2021), Brasil (2023), Cardoso (2004), LDB (2005), Grossi (200), Herítier (1996), Jensen (1993), Machado e Paschoal (2009), Martins, Feitosa e Fernandes (2022), Sayão (2005), Scott (1988), Vianna (2001), Veloso (1999), Viezzer (1989), Ramos (2011) e Saporoli (1997).

**Palavras-chave**: Educação Infantil; Docência e Gênero; Preconceito; Estranhamento.

**SUMÁRIO**

[INTRODUÇÃO 5](#_Toc169112860)

[CAPÍTULO I – O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL 7](#_Toc169112861)

[1.1 Educação Infantil, contexto histórico 7](#_Toc169112862)

[CAPÍTULO II – GÊNERO NA SOCIEDADE EM GERAL 9](#_Toc169112863)

[2.1 O que é o conceito de gênero 9](#_Toc169112864)

[2.2 Como surgiu o conceito de gênero 10](#_Toc169112865)

[2.3 Sobre a questão da biologia e o conceito de gênero 10](#_Toc169112866)

[CAPÍTULO III – A PREFÊRENCIA PELA PROFESSORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL 12](#_Toc169112867)

[3.1 Professora e educação 12](#_Toc169112868)

[3.2 A Docência do professor homem na Educação Infantil 14](#_Toc169112869)

[3.3 Estranhamento e preconceito 15](#_Toc169112870)

[CONCLUSÃO 18](#_Toc169112871)

[REFÊRENCIAS 19](#_Toc169112872)

# INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, historicamente dá prioridade às mulheres, por ser mãe, cuidadora, protetora e amorosa, ou seja, todos esses “atributos” são decorrentes de uma construção social, habilidades que de modo geral, a sociedade diz que o homem não tem. E, de conformidade com que se observa nas instituições que oferecem esta modalidade de ensino, e devidamente confirmado nos estudos realizados no meio acadêmico e em estatísticas oficiais, verifica-se que o percentual de profissionais masculino que exerce essa profissão é baixíssimo, e isto contribui para que a sociedade e até mesmo os próprios pais achem estranho quando um professor do sexo masculino assume a docência na Educação Infantil, gerando insegurança e preocupação. Porém, é preciso romper com esse preconceito, porque a formação que deve permitir a atuação do profissional na Educação Infantil independente da opção de gênero do docente.

Porém, para qualquer análise sobre esta questão, deve-se levar em conta o contexto histórico (as construções sociais e culturais do homem e da mulher), portanto, a primeira impressão é a de que há preconceitos porque a sociedade considera que lidar com crianças, e principalmente quando os cuidados envolvem contatos com o corpo, é tarefa feminina, ou seja, o ideal é que uma mulher exerça essa função. Haja vista, que a sociedade está mais habituada com a presença deste segmento, quando se trata de lidar com os pequenos.

Desse modo, é necessário refletir acerca desse assunto, e sobre a ampliação do espaço de atuação do profissional masculino, uma vez que a docência voltada para crianças pequenas tem sido exercida quase que somente pela mulher, uma lógica assentada na construção social. Assim considerando, este estudo visa desenvolver uma análise crítica sobre a temática, buscando compreender os fatores que contribuem para a rara presença de docente masculino na Educação Infantil, e analisar porque há resistência em relação a este profissional, tendo em vista que este também pode colaborar para o desenvolvimento escolar das crianças pequenas.

Este estudo investigativo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica, com enfoque qualitativo, cujas fontes foram: artigos publicados em periódicos especializados e teses e dissertação acessados no repositório da BDTD.

As técnicas adotadas para realização da pesquisa consistem da leitura críticas e elaboração de resumos, de acordo com as Normas da ABNT, tendo em vista que estes foram a base para redigir o texto monográfico. O levantamento preliminar das fontes já identificou os seguintes autores: Arce (2021), Brasil (2023), Cardoso (2004), LDB (2005), Grossi (200), Herítier (1996), Jensen (1993), Machado e Paschoal (2009), Martins, Feitosa e Fernandes (2022), Sayão (2005), Scott (1988), Vianna (2001), Veloso (1999), Viezzer (1989), Ramos (2011) e Saporoli (1997).

Objetivo Geral: Investigar os fatores que causam o preconceito e estranhamento no exercício docente do profissional do gênero masculino na Educação Infantil.

Objetivos Específicos: Distinguir quais são as diferenças entre o gênero masculino e feminino no contexto social, associadas ao exercício profissional docente na Educação Infantil; Identificar a preferência da professora do gênero feminino na Educação Infantil; Mapear os principais fatores que respondem pelo estranhamento e preconceito, relacionados ao profissional do gênero masculino na Educação Infantil.

Para tanto, o presente trabalho está organizado em 03 capítulos e o que cada um vai abordar é o surgimento das instituições de Educação infantil, como era seu contexto histórico, o segundo abordar o conceito de gênero, como surgiu e o terceiro traz a preferência pela professora mulher e estranhamentos e preconceitos relacionados ao gênero masculino.

# CAPÍTULO I – O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

## 1.1 Educação Infantil, contexto histórico

A educação de crianças pequenas em estabelecimentos educacionais integrantes do sistema de ensino, assim como a concebemos hoje, é uma construção histórica para a qual contribuíram incontáveis pensadores, educadores e pesquisadores de vários campos do conhecimento, como a psicologia do desenvolvimento, a biologia, a medicina, a pedagogia, a sociologia, a antropologia, as artes, a neurociência, estadistas, político e dirigentes de organizações governamentais e não governamentais (Brasil, 2023, p. 15).

Durante décadas, o avanço dos jardins de infância foi travado por uma polêmica entre os que propunham a instalação daquelas instituições educacionais e os que defendiam que o cuidado da criança pequena era papel da família; entre os que viam nos primeiros anos de vida um período importante para a educação e os que achavam que não se devia gastar dinheiro público nessa idade, e sim investi-lo no ensino primário universal (Brasil, 2013, p. 21).

Torna-se imprescindível a análise da evolução histórica da Educação Infantil, em especial no que concerne às práticas pedagógicas destinada à formação da criança em tenra idade. É fundamental compreender como essa modalidade de ensino se consolidou ao longo dos tempos e quais foram os avanços significativos alcançados nesse contexto. Para tanto, é necessário um olhar retrospectivo sobre os acontecimentos passados, a fim de lançar luz sobre a realidade atual do cenário educacional voltado para as crianças pequenas.

Assim, como a indústria moderna, a atual estrutura social mudou profundamente, incluindo mudanças nos costumes e hábitos familiares. No entanto, devido à crescente participação dos pais como trabalhadores do mercado de trabalho, e também das mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os filhos, as famílias passaram a recorrer aos serviços das “mães cuidadoras”, mulheres que preferem não trabalhar nas fábricas para cuidar dos próprios filhos e de filhos de outras mulheres, vendendo assim sua força de trabalho como cuidadores.

Porém, por não terem uma proposta educacional formal e devido ao aumento da procura pelo trabalho destas mulheres, atividades mais formais foram sendo acrescentadas pelas cuidadoras no cotidiano das crianças, como atividades de canto, a memorização das orações, também adotaram bons hábitos e regras morais em suas atividades (Paschoal; Machado, 2009). Por outro lado, aumentaram o mal tratamento de crianças, devido à falta de preparo dos cuidadores. Assim, o abuso infantil, a doença e a negligência tornaram-se tão comuns na sociedade atual que algumas pessoas decidiram pela filantropia para ajudar crianças que estavam na rua, sem refúgio e proteção (Paschoal; Machado, 2009). Assim, a partir desta iniciativa humanitária e social, surgiram as primeiras instituições para crianças.

As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto as mães saíam para o trabalho. Desta maneira, sua origem e expansão como instituição de cuidados à criança estão associadas à transformação da família, de extensa para nuclear. “[...] As creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças” (Paschoal; Machado, 2009, p. 80-81).

Desde de 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a educação infantil passou a se integrar a Educação Básica, juntamente como o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a LDB em seu artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

De acordo com a lei, a Educação Infantil deve ser oferecida em creches para as crianças de zero a três anos, e em pré-escolas para as crianças quatro a cinco anos de idade. Porém ela não é obrigatória. Dessa forma, a implementação de Centros de Educação Infantil é facultativa, e de responsabilidade dos municípios.

Na Educação Infantil, considera-se que o Educar e o Cuidar são ações inerentes e indissociáveis. As aprendizagens e o desenvolvimento das crianças contendo as interações e brincadeiras como eixos estruturados das práticas pedagógicas. A organização curricular da Educação Infantil na BNCC (Brasil 2009) está estruturada em Campos de Experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

# CAPÍTULO II – GÊNERO NA SOCIEDADE EM GERAL

## 2.1 O que é o conceito de gênero

Ora, o indivíduo não pode ser pensado sozinho: ele só existe em relação. Basta que haja relação entre dois indivíduos para que o social já exista e que não seja nunca o simples agregado dos direitos de cada um de seus membros, mas um arbitrário constituído de regras em que a filiação (social) não seja nunca redutível ao puro biológico (Héritier, 1996).

Por "gênero", eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (Scott, 1988, p. 15; tradução minha).

De acordo com as reflexões de Françoise Héritier (1996) e Joan Scott (1998), o conceito de gênero é fundamental para compreender as relações sociais entre homens e mulheres. Héritier destaca a construção do gênero na interação homem\mulher, enfatizando que não há indivíduos isolados, mas sim inseridos em um contexto de normas e representações sociais. Por sua vez, Scott ressalta que o gênero é uma categoria historicamente situada, que vai além da diferença biológica entre os sexos, sendo utilizada para atribuir significado a essa diferença. Em suma, o gênero é uma ferramenta analítica essencial para analisar as complexas dinâmicas sociais que envolvem questões de sexo e poder.

Dessa forma, ao consideramos essas perspectivas teóricas, podemos afirmar que o estudo do gênero não se restringe apenas às diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas abrange aspectos culturais, históricos e sociais que permeiam as relações de poder e desigualdade entre os sexos. Nesse sentido, a categoria de gênero se revela como uma importante chave interpretativa para compreender as diversas formas através das quais as identidades masculinas e femininas são construídas e negociadas nas sociedades contemporâneas.

## 2.2 Como surgiu o conceito de gênero

Segundo pesquisadoras norte-americanas, o conceito de gênero refere-se às origens socialmente construídas das identidades subjetivas de homens e mulheres. Esta abordagem destaca a influência do ambiente social na formação das identidades de gênero, ressaltando a inexistência de uma determinação natural dos comportamentos com base no sexo biológico. Assim, normas sociais que restringem as capacidades das pessoas com base em seu gênero, com a ideia de que "mulher não pode levantar peso" ou "homem não tem habilidade para cuidar de crianças", carecem de fundamentação biológica e são produto de construções sociais historicamente estabelecidas. A compreensão do gênero como uma construção social é fundamental para descontruir estereótipos e promover relações mais igualitárias entre os indivíduos.

No contexto ocidental, o conceito de gênero está frequentemente associado ao da sexualidade, o que acarreta uma complexidade significativa no entendimento popular e teórico. A dificuldade em separar a identidade de gênero da sexualidade, que envolve a escolha do objeto de desejo, é uma preocupação recorrente na teoria feminista. De acordo com as teorias contemporâneas de gênero, é fundamental considerar a influência dos aspectos culturais, históricos e sociais na construção das identidades de gênero e na vivência da sexualidade.

Segundo as contribuições da Antropologia Feminista, a ideia de uma ordem natural como explicação para os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade tem sido desmitificada, mas, a biologia tem sido utilizada como justificativa ideológica, conferindo um peso significativo na construção social das relações de gênero.

## 2.3 Sobre a questão da biologia e o conceito de gênero

De acordo com a leitura especializada, o conceito de gênero tem sido historicamente associado á distinção biológica entre os sexos, correspondendo aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. No entanto, é importante ressaltar que, enquanto o termo “sexo” refere-se às características fisiológicas dos indivíduos, o termo “gênero” abrange uma dimensão cultural mais ampla, relacionada às normas e valores que determinam as identidades de gênero.

[...] o vocábulo gênero foi empregado de forma tradicional como sinônimo da indicação de sexo, ou seja, o fator biológico da distinção entre machos e fêmeas, foi utilizado para se referir às diferenças imposta socialmente entre os traços característicos e papéis masculinos e femininos. Ela salienta que o termo sexo é fisiológico, enquanto gênero, no seu sentido amplo, é cultural (Viezzer, 1989, p. 107).

Nesse sentido, a noção de gênero como uma construção social e cultural ganha destaque, evidenciando a complexidade das relações de poder e hierarquias presentes nas interações sociais. Assim, compreender o conceito de gênero vai além da dicotomia tradicional entre masculino e feminino, exigindo uma análise crítica das representações simbólicas e práticas sociais que permeiam as identidades de gênero. Portanto, é fundamental reconhecer a importância do debate em torno do conceito de gênero como uma categoria analítica que transcende as fronteiras do biológico e se insere no campo das relações interpessoais e estruturas sociais.

Como a maior ou menor ênfase em suas interpretações, todos esses usos do gênero têm em comum a afirmativa da construção social das distinções sexuais como uma forma de resgatar a produção cultural e histórica das diferenças sexuais e das relações entre homens e mulheres. A busca seria por superar o determinismo biológico, o qual, baseado apenas nas diferenças de sexo e reforçado por argumentações provenientes das diferenças de sexo e reforçado por argumentações provenientes da medicina e das ciências biológicas, tenta justificar a caracterização de mulheres e homens como seres qualitativamente distintos (Vianna, 2001, p. 89).

Para Vianna (2001), esta concepção é adotada, de certa forma, com a apreensão dos seguintes elementos: social, histórico e cultural, de maneira que se elevam as explicações biologizantes, acerca das relações sociais e as diferenças percebidas entre os sexos, porque primeiramente surgem para dar significado a relação de poder. Essa socialização envolve, inclusive, o modo de como homens e mulheres se relacionam, no momento de atuar na profissão que escolhem, e de como vão atuar. As expressões de masculinidade e de feminilidade são historicamente constituídas por símbolos culturais, vinculados e determinadas associações, expressando doutrinas e subjetividade, em relação ao poder estabelecido no seu contexto.

# CAPÍTULO III – A PREFÊRENCIA PELA PROFESSORA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

## 3.1 Professora e a educação

A educação infantil, segundo Veloso e Silva (1999), teve seu início com a criação do Jardim da infância, criado por Froebel, no século XIX. Mas desde essa época a função de professor era exercida por mulheres, pois para Froebel, a professora deveria torna-se a guardadora e a protetora da infância, e ter características claras: ser sábia, ter habilidades, ampla cultura, caráter moral e principalmente ser mulher.

Daí em diante vem se formando o conceito de que a educação infantil é apropriada para mulher e deve ser desempenhada por mulheres, devido a suas características domiciliares, ligadas a maternidade, e vocação para tal função.

Para Veloso e Silva (1999):

Inúmeros fatores influenciam a opção pela profissão e, consequentemente, pela formação inicial que, no caso da educação infantil, traz muito da mitificação do magistério como profissão feminina vocacional. Embora se consiste que na realidade, a presença da mulher no magistério se deve muito mais as construções culturais e históricas ligadas à ideia de vocação, não pode afirmar, incondicionalmente, que a tradição no magistério seja aceita sem críticas (Veloso; Silva, 1999, p. 56).

Segundo Veloso e Silva (1999), diversos elementos influenciam a escolha da profissão, especialmente no âmbito da educação infantil, onde a idealização do magistério e como uma vocação feminina. Por isso, é importante ressaltar que a presença predominante de mulheres no magistério está relacionada a construções socioculturais e históricas do que necessariamente a uma vocação intrínseca.

A especificidade da educação infantil está no binômio educar\cuidar e a educação de crianças têm sido habitualmente, em nossa cultura, imputados a atuação das mulheres (Sayão, 2005). Dessa forma, pode-se dizer que a maioria dos docentes nessa área de ensino são mulheres. Um dos principais fundamentos que se usa a favor da premência das mulheres professoras é o seu presumido instinto maternal levando em consideração que este instinto é inatoe mais adequado para a função de educadora.

Arce (2001), em seus estudos, afirma que existe um mito em relação a esse papel congênito de educadora atribuído às mulheres, sobre o qual apresenta as seguintes conclusões:

Trabalhando com esta acepção de mito, constatei, mediante estudos, que a constituição histórica da imagem do profissional da educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher como rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se necessariamente ao ambiente doméstico, sendo assim particularmente importante nos primeiros anos da infância. O início da educação de todo individuo deveria, assim, ser uma extensão natural da maternidade. Cumpre, entretanto, destacar que esse mito da mulher mãe e educadora nata exerce seu maior poder orientador no período relativo aos anos iniciais da vida do indivíduo, não sendo atribuídos à mulher e responsabilidade sobre a educação em geral (Arce, 2001, p. 4).

Desta forma, a concepção de que a mulher é a melhor mentora para crianças foi ideologicamente elaborada e adotada pelas sociedades ocidentais. Este discurso ideológico criou uma forma de representação social do papel social da mulher e contribuiu para o afastamento dos homens do magistério e para o aumento da participação feminina no ambiente escolar.

Arce (1997) analisa como os condicionantes femininos materializam-se na Educação Infantil por meio da própria denominação atribuída ao longo da história da escolarização às professoras que trabalhavam com crianças. De acordo com a autora o ensino vem se destacando como uma “missão feminina” desde o período de início da profissão até os dias atuais.

Não só o magistério é exercido por mulheres, mas ao exercerem o cargo, têm sentido de maternidade sua principal linha de ação. Além disso, missão\apostolado de que se reveste à docência, sobretudo quando exercida pelas mulheres, imprime também esse papel: uma filiação e uma maternidade simbólicas, que encontram no magistério o lugar ideal de realização ou o lugar de realização ideal (Arce, 1997, p. 27).

No exercício do magistério, as mulheres desempenham não apenas um papel de transmissão de conhecimento, mas também incorporam aspectos simbólicos de filiação e maternidade. Essas características conferem à docência um caráter especial, que se revela como um espaço privilegiado para a expressão desses papéis simbólicos. Além disso, a missão apostólica da educação, especialmente quando conduzida por mulheres, amplifica essa dimensão de filiação e maternidade simbólica.

## 3.2 A Docência do professor homem na Educação Infantil

O debate sobre a participação do homem na docência como crianças pequenas provoca uma diversidade de opiniões, atitudes e crenças em torno da aceitação ou rejeição à ideia de que o trabalho com crianças pequenas em creches e pré-escolas possa ser desenvolvido por homens.

Primeiro elemento a ser considerado é a histórica predominância do feminino na educação das crianças, seja no contexto informal da família, seja no ambiente formal das instituições de educação infantil. Segundo Saparolli (1997), é preciso considerar que a profissão docente na educação infantil, diferentemente de outras etapas, já nasce feminina, uma vez que são mulheres que historicamente vêm se incumbindo da educação e cuidado das crianças. Nesse contexto, há de se considerar também que há muitas representações de gênero que foram sendo engendradas ao longo do tempo e que, embora possam ser questionadas e modificadas a partir de novos paradigmas emergentes na sociedade contemporânea, não se pede negar a força histórica que esses modos de pensar podem exercer sobre a presença masculina na educação infantil.

Cardoso (2004) observa como a chegada de um homem para trabalhar como professor de crianças suscita questionamentos acerca da sua sexualidade. No início são postos à prova e enviados a demostrarem que têm competência. Ou seja, se no imaginário social acredita-se que apenas mulheres e não homens são hábeis na condução de atividades com crianças pequenas, aquele que opte por essa função tem de mostrar que tem capacidade para o exercício da função docente com crianças.

De acordo com Cardoso (2004; 2007), é também recorrente uma atitude de espanto diante de algo que parece fugir às regras socialmente estabelecidas. Se no imaginário social há uma convenção de que educar\cuidar de crianças é uma atividade feminina e não masculina, é compreensível que quando homens optam pela docência com crianças sejam vistos como sujeitos desviantes que fogem ao padrão convencional.

Jensen (1993) problematiza a participação de homens em serviços de cuidado de crianças chamando a atenção para a necessidade de relações mais iguais entre homens e mulheres no mundo do trabalho e principalmente na educação\cuidado de crianças. Conforme o autor, o que há na divisão ocupacional dos gêneros na educação infantil não é um número excesso de mulheres, mas uma ausência de homens. Este fato tem explicações a partir de questões socioculturais a questões de ordem socioeconômica. Isto é, os afastam da docência com crianças não só pelos preconceitos culturalmente construídos, assim como pela histórica desvalorização profissional retratada nos baixos salários e nas precárias condições de trabalho. No objetivo de superar essas questões, o autor apresentar estratégias que acrescente a participação dos homens na educação/ cuidado das crianças.

Sobre essas estratégias Souza (2010) discorre sobre iniciativas tomadas em países europeus no sentido de estimular a participação masculina na educação/ cuidado de crianças pequenas. A autora abordar dados que apesar desses esforços feitos para incentivar o envolvimento de homens na educação infantil, até então o número de homens participando da educação/cuidado de crianças e pequeno. Sobre isto ela afirma:

O argumento que relaciona a escassez de homens, neste segmento, ao baixos salários e más condições de trabalho perde sua força ao verificarmos que esse fenômeno também ocorre em países cujas condições são melhores e os salários mais altos. Mesmo em países onde foram desenvolvidos programas específicos no sentido de atrair homens para o trabalho em instituições de educação e cuidado da primeira infância, como Noruega, Dinamarca e Reino Unido, a participação masculina ainda permanece irrisória (OCDE, 2002 apud Souza, 2010, p. 20).

## 3.3 Estranhamento e preconceito

O Ministério da Educação em 2009 publicou alguns dados do Censo da Educação no Brasil, nos quais apontaram que o percentual de homens atuando diretamente com crianças em creches e pré-escolas era de 6% (seis por cento). Este número diminuiu ainda mais quando se trata de crianças de zero a três anos, chegando a 2% (dois por cento).

Levando-se em conta que a sociedade, de forma geral, considera estranha a presença do profissional do gênero masculino atuando com crianças pequenas, como cita Sayão:

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. [...] os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de menino e\ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (Sayão, 2005, p. 16).

Segundo Sayão a profissão em questão é frequentemente associada a estigmas e preconceitos, devido à crença de que está intrinsecamente ligada ao cuidado corporal de crianças, o que historicamente foi considerado uma atribuição feminina. Essa visão pode gerar conflitos e questionamentos quando homens atuam nesse campo, especialmente ao lidar com meninos e meninas pequenas. Portanto a proximidade entre profissionais masculinos e os cuidados corporais infantis pode desencadear dúvidas e incertezas na sociedade.

Quanto à presença de um homem nos Centros de Educação Infantil, é necessário destacar que esse profissional possui a mesma condição que uma mulher para atuar nesse nível de ensino. Isto é, não é por ser homem ou mulher que se está mais preparado para atuar com crianças, mas a formação que capacita o profissional, independente do gênero.

Muitas vezes o preconceito começa pelo próprios pais pois tem em mente que educar, cuidar e ensinar seja papel da professora. Tanto a presença masculina quanto a feminina são importantes no desenvolvimento da criança, mas percebe-se que existe um estranhamento para o sexo masculino quando se trata de educação infantil.

A inserção de homens para atuar na Educação Infantil pode ser vista de diferentes perspectivas, no entender de Ramos (2011). Em primeiro lugar, o homem tem sexualidade colocada como duvidosa por ter escolhido tal profissão. No entanto, se a criança tem convívio com a figura masculina na escola isso pode facilitar a sua integração e socialização pois ela constrói laços estreitos com o professor do gênero masculino, ligando este á figura paterna, auxiliando, também, no seu desenvolvimento emocional. Ressalta que um número maior de homens envolvidos na Educação Infantil expandiria as opções de carreia e colaborava para a desmistificação de que essa profissão é apenas feminina, podendo também valorizar mais os salários e a carreira de forma geral.

Faz-se necessário a análise dos reais motivos para o grande déficit de professores homens na Educação Infantil, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Art. 61 diz que, “Considera-se profissionais da educação escolar básica os que nela estando em efetivo exercício e tendo sido formado em cursos reconhecidos” e logo em seguida no Art. 62. “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior” (LDB 9.394/96) (Brasil, 1996). Neste contexto, deixando claro que não há restrição de gênero, mas sim que este seja habilitado para atuar na educação infantil.

De acordo com a tabela 1, segue os reais motivos do homem não trabalhar na Educação Infantil:

Tabela 1 – Motivos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Categorias das respostas** | **Quantidade de respostas** | **Porcentagem** |
| Preconceito sofrido | 12 | 32% |
| Falta de preparo | 2 | 5% |
| Opção própria | 10 | 26% |
| Receio de atuar na área | 10 | 26% |
| Desconhecimento da área | 4 | 11% |

Fonte: Martins, Feitosa e Fernandes (2022).

De acordo com os dados da tabela, o preconceito é a maior causa da baixa participação de homens atuando como docente na Educação Infantil. Mas, no conjunto das demais causas, percebe-se que há uma atitude de afastamento dos homens em relação à docência neste nível de ensino, sustentado por uma representação social que separa preconceituosamente, socialmente e financeiramente o trabalho exercido por homens do trabalho exercido por mulheres.

Conforme o estudo realizado pelo Portal Salário, a remuneração média de um profissional da área da Pedagogia é de R$ 2.821,68, considerando uma carga horária semanal de 38 horas em regime CLT. Este valor foi obtido a partir da análise de dados de 11.999 profissionais admitidos e desligados nos últimos 12 meses, conforme informações divulgadas pelo Novo CAGED. “Hoje um **Pedagogo** ganha em média R$ 2.821,66 para uma jornada de trabalho de 38 horas semanais de acordo com pesquisa do **Portal Salário** junto a dados de 11.999 profissionais admitidos e desligados em regime CLT nos últimos 12 meses divulgados pelo **Novo CAGED**”.

# CONCLUSÃO

O surgimento da Educação Infantil foi marcado por diversas transformações ao longo da história, as instalações de jardins de infância e aqueles que consideravam que o cuidado da criança pequena deveria ser responsabilidade exclusiva da família, a análise detalhada desse percurso histórico se faz necessária para compreendermos os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo do tempo no campo do Ensino Infantil. Nesse sentido a história da Educação Infantil reflete não apenas uma evolução de práticas educativas voltadas para as crianças pequenas, mais também as transformações sociais e politicas que permeiam nesse campo. O dialogo entre teorias e prática, aliado ao compromisso com a qualidade da educação oferecida as crianças em idade precoce, constitui um aspecto fundamental a ser considerado no contexto atual da Educação Infantil. A compreensão do conceito de gênero como uma construção social e cultural complexa revela as dinâmicas de poder e hierarquias presentes nas interações humanas. Dessa forma, o conceito de gênero vai além do biólogo e se insere nas relações interpessoais e estruturas sociais. Conclui-se que esse estudo contribui para a minha formação pedagoga, enfatizando que todos podem exercer qualquer profissão, o que capacita o profissional e a sua formação e não o gênero.

# REFÊRENCIAS

ARCE, A. **Jardineira, tia e professorinha**: a realidade dos mitos. 1997, 128 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_158beeafd11ebe867e1cb7d578160cc4>. Acesso: 30/05/2024

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 167-184, jul. 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250027542_Documentacao_oficial_e_o_mito_da_educadora_nata_na_educacao_infantil>. Acesso: 30/05/2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Acesso: 30/05/2024

BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 2005.

Acesso: 30/05/2024

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>

Acesso: 30/05/2024

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **A educação infantil nos países do Mercosul**: análise comparativa da legislação. Brasília, 2013. Disponível em: http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/01/mercosul1.pdf. Acesso: 30/05/2024

CARDOSO, F. A. **Homens fora do lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/HJPB-67BE2P>. Acesso: 30/05/2024

CARDOSO, F. A. Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças. In: REUNIÃO ANUAL DA ANEPD, 30., 2007, Caxambu. **Anais** [...]. Minas Gerais: ANPED, 2007. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3550--Int.pdf

Acesso:30/05/2024

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade. Estudos de Gênero**: Cadernos de área n. 9. Goiânia: Editora da UCG, 2000. Disponível em: <https://miriamgrossi.prof.ufsc.br/publicacoes/artigos-novo/>. Acesso: 30/05/2024

HÉRITIER, Françoise. **Masculin\Féminin**: la pensée de la différence. Paris: Odile Jacob, 1996. Disponível em: <https://journals.openedition.org/clio/326>. Acesso: 30/05/2024

JENSEN, J. J. Homens em serviços de cuidados de crianças – um artigo para discussão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HOMENS NO CUIDADO DE CRIANÇAS: visando uma cultura de responsabilidade, divisão e reciprocidade entre os gêneros no cuidado de crianças. Ravenna Itália, 21-22 de maio de 1993. (Traduzido por Deborah Thomé Sayão). <file:///C:/Users/20152000200482/Downloads/katiagostinho,+Jytti+Jull.pdf>. Acesso: 30/05/2024

NOVA, Hiago Martins Vila; FEITOSA, Francisca dos Santos; NETO, Izidorio Paz Fernandes. A participação de professores do sexo masculino na educação infantil no município de Guaraí – TO. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, e47311427570, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/27570/24110/321964>. Acesso: 30/05/2024

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da educação infantil no Brasil: avanços retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEBBR** **On-line**. v. 9, n. 33, p. 78-95, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso: 30/05/2024

RAMOS, J. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte – M.G**. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://bib.pucminas.br/teses/Educacao_RamosJ_1.pdf>. Acesso: 30/05/2024

SAPAROLLI, E. C. L. **Educador infantil**: uma ocupação de gênero feminino. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/ 42892. Acesso: 30/05/202

SAYÃO, D. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil**: um estudo de professores em creche. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://cev.org.br/media/biblioteca/4027539.pdf>. Acesso:30/05/2024

SCOTT, Joan. **La Citoyenne Paradoxale**: les féministes Françaises et les droits de I’homme. Paris: Ed Albin Michel, 1998. Acesso: 30/05/2024

SOUZA, Mara Ísis de. **Homem como professor de creche**: sentidos e significados atribuídos pelos diferentes atores institucionais. 2010. 248f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - USP, Ribeirão Preto, SP, 2010. Disponível em: <https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/14_12_2010__14_10_46__61.pdf>. Acesso:30/05/2024

VELOSO, Carina Sabadi; SILVA Lucy Maria. Formação e atuação do professor de educação infantil. UNIVEN 1999. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531133930.pdf>. Acesso:30/05/2024

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero na docência. **Cadernos Pagu**, v.17\18, p. 81-103, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/abstract/?lang=pt>. Acesso:0/05/2024

1. \* Acadêmica do Curso de Pedagogia. [↑](#footnote-ref-1)
2. \*\* Doutora. Professora Orientadora. [↑](#footnote-ref-2)